

HISTÓRIA e anticoncepção

Costumes e usos nas sociedades orientais e ocidentais

Controlar os nascimentos não é privilégio das sociedades modernas contemporâneas. Desde muitos anos atrás, o homem tem prestado atenção significativa ao controle da fecundidade. Desde as receitas dos gregos antigos à eficiente Pílula anticoncepcional atual, as sociedades humanas sempre buscaram, em algum momento ou outro, limitar o número de descendentes devido a causas individuais ou sociais.

Neste último sentido, seja certo ou não, atualmente muitos consideram que a diminuição da taxa de natalidade constituiria a panacéia com que se poderiam solucionar grande parte dos problemas que afetam extensas regiões do mundo.

Como ocorre com toda parâmetro de caráter demográfico, a evolução histórica das práticas que incidem na fertilidade é o resultado de mistura proporcional de elementos biológicos e sociais. Neste sentido, os demógrafos falam de variáveis *intermediárias* quando, como é nosso caso, a regulação do parâmetro estudado está submetida fortemente à influência do setor social. Assim, vemos como a fecundidade, nas três fases em que se manifesta –relação sexual, concepção e gestação– pode ser modificada pela ação combinada de fatores biológicos e sociais. No que se refere ao contato sexual, este pode ser favorecido ou impedido, incidindo sobre a idade do início das relações, promovendo o celibato ou exercendo a abstinência dentro de uniões estáveis de casais. No caso da concepção, evita-la depende de condições biológicas, como provocar a esterilidade ou impedir que a união entre óvulo e espermatozoide seja efetivada; esta segunda é a anticoncepção propriamente dita. Por último, e uma vez iniciada a gestação, é suficientemente conhecida que só existem duas possibilidades: a interrupção da gravidez e, cada vez mais em desuso, recorrer ao infanticídio. Em sentido amplo, para os demógrafos históricos, todas estas estratégias são suscetíveis de serem englobadas sob a denominação de “antinatalistas”, isto é, tendentes a controlar ou diminuir a natalidade e, do ponto de vista da intencionalidade

dos que a aplicam, respondem aos mesmos motivos e condições da anticoncepção. Em rigor histórico, foi na Antiguidade clássica - neste caso, épocas de Trajano e Adriano, quando Soranos de Éfeso estabeleceu a diferença precisa entre anticoncepção - prevenindo a concepção, e aborto - eliminando a vida do feto.

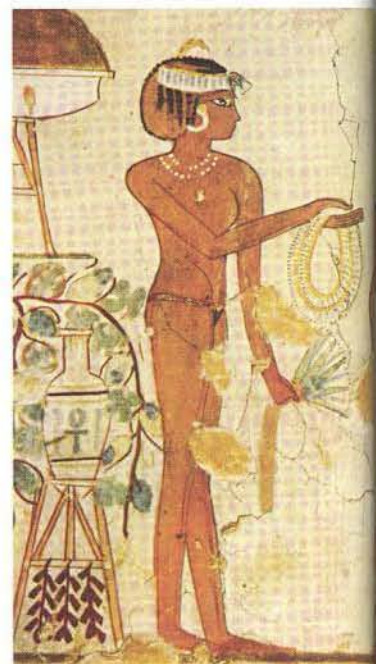
Observa-se que, embora a difusão maciça dos métodos anticoncepcionais costuma apresentar-se com sinal específico do nosso tempo, a necessidade de aplicar estratégias restritivas à fecundidade é algo que se encontra associado ao próprio desenvolvimento histórico. Desde muito tempo, o homem viu-se forçado por mudanças diversas, a limitar sua capacidade reprodutora, ora no âmbito individual ou familiar, ora como resultado da imposição de medidas de política demográfica por parte do Estado.

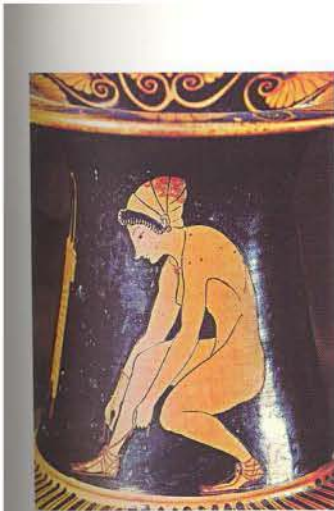
Em efeito, embora pareça surpreendente, desde sua primitiva constituição em sociedades complexas, o *Homo sapiens* buscou, em determinadas circunstâncias e períodos históricos, evitar que o casal fosse fecundante. Ou seja, a Humanidade aplicou a anticoncepção com maior ou menor intensidade, desde os tempos mais remotos. Este comportamento constitui uma variação com relação ao resto das espécies animais que exibem dimorfismo sexual, cujos machos e fêmeas estão programados instintivamente para atrair-se e reproduzir-se.

Em todos eles, e também na espécie humana, o instinto sexual promove a sobrevivência da espécie e o crescimento da população, na ausência de outros obstáculos. Entretanto, recorrer aos procedimentos contraceptivos parece entrar em contradição com os desígnios da natureza e com as próprias imposições sociais, criadas quase sempre em estratégias e políticas demográficas pró-natalistas, e definitivamente, obedecem a necessidade pessoal ou familiar de separar a sexualidade da reprodução.

O recurso da anticoncepção é, portanto, traço específico da espécie humana, associado à particular capacidade de recorrer a determinadas técnicas e procedimentos para garantir a sobrevivência e melhorar as condições de vida no marco da adaptação. E lembre-se que falamos de um traço de longa tradição histórica. Desde tempos antigos, nossas ancestrais interessavam-se pelos problemas da fecundação e chegaram logo a propor diversas receitas e procedimentos para limitar ou eliminar a concepção. Tais procedimentos intencionais foram, desde então, muito variados. Façamos a seguir, breve descrição dos mais significativos.

A Bíblia relata algumas das primeiras referências. O Gênesis (38-9), descreve perfeitamente o caso interrompido ("*caelus interruptus*") quando narra a história de Onã, o segundo filho de Judá, filho de Jacó. Este personagem bíblico decidiu, após a morte de seu irmão, não cumprir a lei judaica - *thorah* - negando-se a dar um filho à cunhada. Como resultado, entre os hebreus existia uma lei que estipulava que, após o falecimento de um irmão mais velho que não pode dar filhos à sua mulher, incumbia ao mais





jovem dos irmãos "casar a viúva e educar seu primeiro descendente como filho legítimo do defunto". O que o personagem Onã negou-se a realizar: "sabendo que a prole não seria sua, quando entrava na mulher de seu irmão, derramava-se na terra para não dar prole ao irmão". O método, denominado "azl", foi muito conhecido também entre os muçulmanos e, inclusive, autorizada pelo próprio Maomé. Este ponto não convencional parece que foi logo conhecido no ocidente como recurso para evitar a concepção, como aparecerá citado no século XIV, por Geoffrey Chaucer entre outros, nos Contos de Canterbury. Mais tarde, o autor de "Vies des dames illustres, des dames galantes", Brantôme, faz referência a ele em seus escritos literários. Assim mesmo, e já no século XVIII, Casanova em suas conhecidas Memórias, cita a utilização desta técnica, relatando, por outro lado, a "decepção" masculina que pode causar sua aplicação.

Porém, as referências talvez mais citadas de uso de anticoncepcionais de aplicação local pela historiografia, são encontradas em certos papíros egípcios. Por exemplo, no papiro Kahun (2000 a.C.), mostra-se claramente quais foram as plantas e dejetos de animais utilizados como anticoncepcionais pelas mulheres egípcias:

O mais usado, segundo Germain e Langis, era introduzir na fundo da vagina, placas feitas com excrementos secos de crocodilo ou elefante. É interessante citar que o último procedimento ainda era recomendada na cultura islâmica até o século XIII. No papiro de Petri (1850 a.C.), também, junto a outras fórmulas de caráter mágico, aconselha-se o uso de tampões de estercó de crocodilo impregnados em mel. Do mesmo modo, no famoso Papiro de Ebers (1550 a.C.), os tampões, desta vez de esparto (planta medicinal derivada da família das gramíneas), eram molhados em suco de acácia (planta medicinal derivada da goma arábica da acácia). A eficácia provável destes meios, revela que existia certa destreza de caráter empírico. Outras técnicas a base de diversos poções e unguentos de aplicação local, foram amplamente documentadas a partir de então. Incluso nos textos do Gênesis e do Talmude, existem referências diretas a poções formadas a base de raízes secas para proteger contra fertilidade ou esterilidade excessivas.

Da mesma forma, no mundo greco-latino a anticoncepção foi amplamente usada. Basta lembrar a forma explícita com que o Juramento Hipocrático refere a existência destes meios: "tampouco proporcionarás pessaria abortiva a mulher alguma". Porém, Aristóteles, preocupado mais com a problemática da densidade populacional do que com a redução dos nascimentos, aconselhava a ingestão antes da coita, de poções ácidas de cedro, de grande eficácia anticoncepcional, devida a um fungo microscópico contido na raiz da planta. Este recurso é comum em muitas sociedades e constituiu medida anticoncepcional de ação sistêmica, antecessora, de alguma maneira, da "Pílula". Por sua parte, Soranos de Êfeso, mencionado acima, prescrevia o uso de tampões de lã suada, impregnados em azeite de oliva, mel e goma de cedro.





Os romanos não fizeram senão continuar com as mesmas normas, chegando a aperfeiçoar o uso empírico das barreiras espermicidas.

Segundo Pasini, a melhor referência que ajuda a compreender a regulação de nascimentos na época grega e romana, pode ser retirada da obra intitulada "De Materia medica", onde aparecem quatro grupos de recomendações a respeito:

A MÁGICA DO TIPO BORRIFAR SANGUE MENSTRUAL EM AMULETOS QUE A MULHER CARREGA, CONSIGO; A INGESTÃO DE DIVERSAS POÇÕES COMPOSTAS DE EXTRATOS DE PLANTAS; A APLICAÇÃO DE TAMPÕES IMPREGNADOS DE AZEITE, MEL E MENTA, E O USO DE UNGÜENTOS GENITAIS COM OS QUAIS O HOMEM E A MULHER UMEDECIAM SEUS GENITAIS;

O doutor Goiran cita também, interessante referência procedente de Aspásio de Miletó, que esclarece certas noções da anticoncepção na Grécia clássica e suas limitações: "Para que a mulher não conceba, é necessária, em primeiro lugar, evitar coabitar com o homem na época favorável à concepção () isto é, no começo ou, ao final da menstruação. Em relação ao coito, nesse momento, quando o sêmen viril surgir, que ela retenha a respiração com objeto para que a semente não seja levada à cavidade uterina e que, sem demora, a mulher levante e, repousando sobre os joelhos, espire e lave cuidadosamente a vulva".

Escritos islâmicos com influência cultural greco-latina do século X também relatam o uso de meios anticoncepcionais, principalmente o coito interrompido e a obstrução feminina.

O cristianismo marca autêntica virada em torno das relações até então existentes entre a sociedade ocidental e a natalidade. A partir de então, estes vínculos che-



gão a ser mais encontrados, menos permissivos e as referências documentais relativas ao controle dos nascimentos diminuem. Este último, principalmente a partir da difusão dos escritos de São Jerônimo e de Santo Agostinho, condenando a contracepção ou a provocação da esterilidade. Incluso no ano 1588, estas condenações foram elevadas a dogma com a bula papal denominada "Effraenatum", que condena à excomunhão e morte àqueles que procurassem ou usassem os "venenos da fertilidade". Porém, em várias ocasiões aparecem referências informando a continuidade de iniciativas populares de caráter semi-mágico e de aplicações de substâncias em forma de creme ou gel.

ALBERTO, O GRANDE, POR EXEMPLO, ACONSELHAVA NESTE SENTIDO, INICIATIVAS DO TIPO "CUSPIR TRÊS VEZES NA BOCA DE UM SAPO; COMER ABELHAS; TOMAR NUMEROSAS POIÇÕES; COLOCAR SOBRE O PESCOÇO UMA PATA DE ANIMAL, GUARDAR TRIGO NA MÃO ESQUERDA, ETC.*



Heni Rözenbaum, por outro lado, em sua conhecida obra "A contracepção", cita o médico catalão Villano, como estimulador destas fórmulas mágicas e narra minuciosamente alguns exercícios. O certo é que, a partir de então, a anticoncepção foi considerada pecaminosa, um verdadeiro tabu no ocidente, ficando relegada ao âmbito das práticas regulares, não reconhecidas. Ao ponto de São Tomás chegar a condenar gravemente a contracepção, colocando-a no mesmo nível do homicídio.

Portanto, a atitude da igreja é extraordinariamente contraditória ao longo deste período, já que a estas imposições, de clara orientação pró-natalidade do ponto de vista demográfico, se contrapõe a exaltação do celibato e da abstinência, elementos ambos herdados da tradição religiosa oriental - hinduísmo e budismo -, em cujas fontes o cristianismo, neste ponto, claramente se fundamenta. Desta forma, ao condenar as relações extraconjugais e ao estabelecer extensa casuística sobre as limitações na condição dos cônjuges - parentesco próximo, viuvez a respeito do irmão de um dos contraentes, poligamia, divórcio -, estavam impondo duras condições à fecundidade.

O perigo de infecção por sífilis significou indetidamente, um passo mais na aplicação de recursos locais contra a concepção, neste caso de aplicação masculina, mas todavia muito rudemente elaborados. O mais importante foi o preservativo, assim chamado precisamente porque pretendia evitar doenças de transmissão sexual. O primeiro design foi o do cirurgião italiano Gabriel Fallopio - descobridor das trompas uterinas em 1564 -, e consistia em um pedaço de linho colocado sobre o pênis para evitar o contágio da sífilis.

Com a mesma finalidade, o higienista britânico Condom introduz em 1720, o célebre artigo do mesmo nome, fabricado a partir do intestino da ovelha. Pelo que sabemos, a difusão destes utensílios foi relativamente limitada, embora o célebre Casanova chegasse a preconizar a utilização de preservativos como meios anticoncepcionais. A maior parte dos preservativos do século XVII e XVIII foram

fabricados com peles ou vísceras de animais, especialmente com bexiga de carneiro, intestinos de boi e ovelha. É interessante destacar que em algumas ocasiões, as extremidades de cada preservativo eram reforçadas com um fio ou fita para evitar desta maneira o refluxo.

Será necessário esperar o século XIX para que apareça o preservativo confeccionado a base de borracha, resultado das pesquisas de Goodyear e Hancock. Observa-se como, principalmente a partir do século XVII, os novos procedimentos aplicados referiam-se cada vez mais ao controle dos espermatozoides. De fato, os produtos espermicidas não se multiplicam; os mais comuns eram fórmulas especialmente ativas, a base de água e vinagre.

ENTRETANTO, A PARTIR DO SÉCULO XVIII, A EVOLUÇÃO DAS TÉCNICAS ANTICONCEPCIONAIS TOMA OUTRO CAMINHO. GUNDO H. BERGUES, O NOVO RUMO VEM MARCADO PELA DIFERENÇA E AUTONOMIA PROGRESSIVA DA PRÁTICA ANTICONCEPCIONAL. EM RELAÇÃO AO RESTO DOS MÉTODOS LIMITADORES DO NÚMERO DE NASCIMENTOS – ABORTO, ESTERILIZAÇÃO, INFANTICÍDIO, EXPOSIÇÃO, ETC. – ALÉM DISSO, EXPLICA-SE ESTA EVOLUÇÃO PELO USO CADA VEZ MAIOR A NÍVEL FAMILIAR. ANTES, TINHA-SE DESENVOLVIDO SOBRETUDO EM NÍVEL EXTRACONJUGAL, PRINCIPALMENTE NO CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO.

Junto aos mecanismos desoritos, artificiais e de aplicação tópica, cujo fundamento consiste genericamente em impedir a entrada dos espermatozoides ao útero, recorreu-se também a medidas de natureza fisiológica, relacionadas com a atividade reprodutora feminina. A lactação, com as conseqüentes alterações hormonais – hipersecreção de prolactina e gonadotropinas – e do ciclo ovárico, tem sido historicamente aproveitada como período para desvincular a prática sexual da procriação. Alguns autores indicam extensivamente, como a amamentação pode gerar intervalos intergenésicos de mais de três anos, e que sua eficácia como medida anticoncepcional, não está longe dos métodos já citados.

Nesta mesma linha, alguns pesquisadores constataram a prática de hábitos como a má nutrição quantitativa e qualitativa – dieta escassa em proteínas –, da mulher grávida em sociedades primitivas, muito reveladoras de qual era a consideração social da mulher, com o objetivo de dificultar o bom andamento da gestação ou a viabilidade do nascimento, porém, colocando em risco a saúde e o bem-estar da mãe e do feto. Não é esta a única situação em que a mulher sai perdendo, pois é muito conhecida que na hora de praticar o infanticídio, muitas comunidades exercem-no preferivelmente sobre indivíduos do sexo feminino.

O recurso ao aborto e ao infanticídio, especialmente numeroso no contexto asiático, revela que, apesar da diversidade das técnicas usadas, a eficácia dos métodos anticoncepcionais, estritamente, nunca chegou a ser completa. Ravos muito diferentes foram forçados a recorrer a estas manobras – principalmente ao infanticídio –, porque os procedimentos “menos agressivos” faltavam ou nem sempre eram acessíveis.

Neste sentido, Jean-Louis Flandrin, professor da Universidade de Paris VIII e autor da obra intitulada “Le sexe et l’occident. Évolution des attitudes et des





comportamentos”, explica o infanticídio associando-o aos anos de crises econômicas e a determinadas concepções religiosas. Em uma religião como o cristianismo, fundada sobre a existência do pecado original, era fácil culpar os pais cujos filhos nasciam fisicamente deformados. Flóridin acrescenta que “toda malformação de uma criança ao nascer denunciava habitualmente um pecado nos pais e, mais particularmente, um pecado contra a castidade, dado que a criança era fisicamente o fruto do comércio sexual de seus pais”. Diversas casas ocidentais, portanto, escolhiam o desaparecimento de seus filhos, não só por causas econômicas, mas com o objetivo de ocultar seu pecado frente aos outros.

Ao final do século XIX, alguns higienistas europeus falavam já com naturalidade em seus trabalhos científicos, das técnicas abortivas mais usadas, algumas com séculos de tradição, elaborando exaustivas classificações que podem ser resumidas em:

- a) técnicas consistentes em furar o ovo para fazer fluir o líquido amniótico que recobre o feto;
- b) técnicas apropriadas para deslocar o ovo de sua inserção no útero: mediante sacudidas fortes, trabalho extenuante ou golpes sobre o ventre; mediante o uso de medicamentos que provocam a congestão uterina, como os estimulantes da menstruação, a sabina, o ferro, o opió e o açúcar; mediante o emprego de purgantes drásticos como aloé ou aloés, mediante o uso de excitantes como a mirra, asa-fétida, cantháridas, etc.; mediante lavagens uterinas— utilizadas amplamente como medida anticoncepcional—; o jato de água comum ou de mostarda; banhos com ácido carbônico; banhos de asento com água muito quente, contendo ou não uma solução de mostarda ou sulfato de quinina; mediante a provocação de contrações no útero, como o fungo do cabelo, o alúme, a eletricidade ou os próprios jatos de água; mediante a dilatação do colo uterino, com esponja comprimida ou mediante folas de algas.

RECAPITULANDO, PARECE INDISCUTÍVEL QUE AO LONGO DA HISTÓRIA, DIVERSOS POVOS E CULTURAS RECORRERAM À CONTRACEÇÃO ENTENDIDA EM SENTIDO AMPLIO, USANDO GRANDE DIVERSIDADE DE MÉTODOS.

Entretanto, todos eles, incluindo os que conhecemos atualmente, possuem fundamentos muito parecidos, sintetizados em três grandes estratégias:

- a) a intenção em constituir barreiras à penetração de espermatozoides no útero, recorrendo a tampões, substâncias espermicidas e preservativos ou lavagens vaginais;
- b) a ingestão de bebidas contendo princípios ativos de origem desconhecida que agem transitória contra a fertilidade;
- c) a retrada durante o coito.

ABSTINÊNCIA SEXUAL REGULAR? TAMBÉM FOI PRATICADA DESDE A ANTIGUIDADE COM FINALIDADE ANTICONCEPCIONAL, SEM IGNORAR, PROVAVELMENTE, A PERIODIZAÇÃO SISTEMÁTICA DOS “MÉTODOS DE RHYMIDY”. JÁ QUE TERIA SIDO NECESSÁRIO CONHECER A EXISTÊNCIA DO CICLO OVULATÓRIO, DESCOBERTO EM 1929 POR QUINQ E KNAUS, QUE DESCRIOU MINUCIOSAMENTE ESTE ASPECTO DA FISIOLÓGIA FEMININA.

Entretanto, parece certo que as alterações do ciclo foram percebidas e freqüentemente aproveitadas para as relações sexuais sem risco de gravidez. A prova é o fato de que se recorre a períodos prolongados de lactação para atrasar a recuperação da fertilidade no período pós-parto, ou a prática habitual em algumas culturas, de manter relações sexuais no final da menstruação. Não obstante, a pouca eficácia – embora talvez maior que a atribuída atualmente –, que tiveram estes métodos, levou ao uso generalizado do infanticídio e das mais diversas medidas abortivas.

Para conhecer o verdadeiro alcance da contracepção, e as implicações sociais e culturais que teve a luta pelo controle da fecundidade ao longo da História, é preciso superar a simples descrição dos métodos anticoncepcionais.

De fato, o recurso à contracepção responde em ocasiões à decisão de caráter individual ou familiar, muitas vezes contrária às normas que na maioria das culturas regulam os comportamentos reprodutivos, e que costumam estar provocada – embora não exclusivamente, pela escassez dos recursos domésticos. Em outros casos, as práticas anticoncepcionais inscrevem-se no contexto das estratégias da antinatalidade, adotadas pelo conjunto ou pela maioria da comunidade, devido à intervenção, mais ou menos explícita, das instâncias do poder para controlar o crescimento da população.

Por exemplo, no pensamento grego e romano, principalmente no primeiro, estão esboçados quase todos os grandes problemas demográficos percebidos hoje em dia. Aristóteles e Platão especialmente, passando por Estrabão e Plutarco, elaboram as primeiras doutrinas populacionais do mundo ocidental que estabeleciam o ideal de uma população pequena, que permitisse o normal funcionamento das instituições democráticas.

Em sua etapa de apogeu, a sociedade grega – sempre falamos de homens livres – foi, por isso, propensa ao celibato e à escassa descendência matrimonial – dos filhos independente da classe social, permissiva com o abandono de crianças e com o aborto, e com tendência a certa busca da eugenesia, como relata o próprio Platão em seus escritos.

Na Grécia, de fato, chegaram a impor normas para reduzir a natalidade, estabelecendo idades mínimas, avançadas, para os contraentes – 20 anos para a mulher, até 37 para os homens –, embora mais tarde, e para evitar o declínio demográfico, estas medidas foram invertidas. O poder político seguiu intervindo, porém, agora em sentido contrário, foram impostas sanções aos solteiros e aos matrimônios estéreis, e foram estabelecidas recompensas aos pais com mais de três filhos.

Apesar disso, a decadência não se deteve e o brilho da civilização grega acabaria sumindo-se definitivamente no século II. Algo semelhante





aconteceu ao Império Romano, poderosa maquinaria de poder e herança de uma cultura de altos desígnios, que em sua última etapa, viu-se detida por extraordinária debilidade demográfica, e finalmente, não pode deter a pressão das grandes invasões de povos que foram concentrando-se em suas fronteiras.

No outro extremo cultural e demográfico, também aparecem tímidas esboços de política demográfica. Por exemplo, no Japão do século XVIII, recorreu-se também à regulamentação da idade mínima requerida para contrair matrimônio –30 anos para ambas contraentes-, com o objetivo de frear a natalidade.

Esta percepção de que é necessário deter o crescimento demográfico, ultrapassa os círculos do governo e deixa seus traços no âmbito das mentalidades coletivas, como prova o fato de que os japoneses, da época sentem desprezo pelas famílias numerosas.

Tanto as classes populares, quanto as altas, compartilhavam estas valorizações, isto demonstra a profunda fixação das idéias antinatalidade na sociedade japonesa do século XVIII, embora existam diferenças no que se refere ao acesso aos recursos antinatalidade, as classes altas recorriam geralmente ao aborto, enquanto que as baixas viam-se forçadas ao infanticídio, preferentemente feminino, para fazer desaparecer o produto da concepção. Fica expressa, assim, a existência de comportamentos diferentes que têm sua origem na classe social e que podem chegar a condicionar a eleição de uma ou outra estratégia anticoncepcional.

A moral e as crenças religiosas constituem também eficazes instrumentos para orientar a dinâmica da população. Neste sentido, controlar a fecundidade não constitui traço exclusivo da tradição ocidental cristã. Contra o que costuma-se estimar, em algumas tribos africanas, predomina débil natalidade, longe da presumível quanto ao número de matrimônios –índice de natalidade de 25 por mil com índice de nupcialidade de 6 por mil-, o que isolaria o comportamento demográfico destas populações do denominado regime "primitivo" ou "pré-malthusiano".

Constata-se, assim, que não se trata de biologia em estado puro, mas de sociedades regidas por regras complexas, no que se refere ao matrimônio, às relações conjugais ou ao nascimento, que utilizam procedimentos anticoncepcionais, como poções ou a prolongação do amamentação durante três anos, embora, paralelamente, no imaginário coletivo e nas representações artísticas, seja frequente encontrar a exaltação da fertilidade. E mais uma prova de que a contracepção é recurso que se insere nas estratégias adaptadas da espécie humana, que coexiste e combina-se com a reprodução, em função de condicionamentos e interesses determinados.

Parece desprender-se, de tudo que foi dito, que o empenho na contraceção e a valoração ética, tanto do fato em si, quanto do procedimento usado, pode chegar a apontar em sentidos contrários, na mesma sociedade. Poderíamos esboçar assim a existência de uma espécie de *feed-back* entre população e fecundidade, que se ativa desde os governos, desde as instâncias do poder, pondo em marcha toda maquinaria disponível - crenças transcendentais, moral, opinião qualificada de pensadores e cientistas, normas reguladoras, etc. - para responder com eficácia às exigências das "políticas pró-natalidade" ou às "políticas de contraceção", conforme necessária.

MAS, NÃO PODEMOS ESQUECER QUE TAMBÉM OS INDIVÍDUOS, AS FAMÍLIAS, AS CLASSES SOCIAIS E OS ÓRGÃOS CULAM A VIDA SOCIAL, POSSUEM AMPLO GRAU DE AUTONOMIA, QUE LHE PERMITE AUTO-REGULAR A ADOÇÃO E CAS DEMOGRÁFICAS À SUA CONVENIÊNCIA, PROCEDENDO, SE FOSSE NECESSÁRIO, À MARGEM DO DITADO PELOS COSTUMES*.

Chegamos assim ao mundo ocidental do século XIX, com enorme bagagem em matéria de antinatalidade que, portanto, contrasta com a proibição oficial do uso de métodos anticoncepcionais por considerá-los contrários, tanto às leis divinas quanto às humanas. À meados do século, o progresso da medicina



científica, traduzido em diminuição da mortalidade e no aumento da expectativa de vida, junto aos avanços da indústria, que levam a redução da mão de obra, originaram problemas de superpopulação, greves e miséria.

ESTES VESTÍGIOS TORNARAM A PÔR SOBRE O TAPETE, A CONVENIÊNCIA DE RECORRER À CONTRACEÇÃO E AO CONTROLE DA NATALIDADE. SOMANDO A ESTES FATOS A PROGRESSIVA SECULARIZAÇÃO QUE VÍNHAMOS OBSERVANDO NOS PAÍSES PROTESTANTES, COMPREENDEREMOS O PORQUÊ DA SOCIEDADE CONSIDERAR SEUS, O PROBLEMA DA SUPERPOPULAÇÃO, RECORRENDO À LIMITAÇÃO DOS NASCIMENTOS. DESDE ENTÃO, A ANTICONCEÇÃO PASSOU A TER CARÁTER POLÍTICO, COMO MEDIDA COM TENDÊNCIA A MELHORAR AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS POPULAÇÕES.

Mas o fenômeno da superpopulação não faz referência ao número de indivíduos em termos absolutos, mas, que devemos entendê-lo como um valor relativo, que vincula a população à disponibilidade de recursos.

Já Confúcio, na China, séculos VI e V a.C., atendendo questões relativas à organização política, teve que enfrentar-se à resolução de problemas de população; pôs, assim, as bases do conceito, ao observar que "as duas coisas mais importantes para um governo são a povo e as subsistências".

Porém, foi Malthus (1766-1834), que esboçou o problema em sua célebre fórmula "os alimentos crescem em proporção aritmética e a população cresce em proporção geométrica", exposta no *The principle of population*. Em época mais recente, torna-se obrigatório mencionar o livro de Paul Erlich, *The Population Bomb*, escrito em 1968, em que define a superpopulação do planeta como uma "bomba" de efeitos devastadores e contra a qual seriam ineficazes as políticas demográficas atuais.

BIBLIOGRAFIA

- Biz, R.E., *Novo sistema de cura natural. Tratado popular de Medicina (Higiene e Terapêutica). Guia prático para conservar a saúde e para o tratamento das doenças através de procedimentos naturais*. Leipzig: O autor, 1886.
- Botelho Hualá, J., do Campo Urbano, S. (eds). — *A explosão demográfica e a regulação da natalidade*. Síntese, 1997.
- Randoin, J. I., *Le sexe et l'occident. Evolution des attitudes et des comportements*. Seuil, Paris, 1981.
- Goleen, J. P., *Guide de la contraception*. Editions Charles Massin, Paris, 1988.
- Green, G., *Sex and destiny*. Grasset, Paris, 1986.
- Harris, M., Ross, E.B., *Morte, sexo e fecundidade. A regulação demográfica nas sociedades pré-industriais e o desenvolvimento*. Madri: Aliança Editorial, 1987.
- McLaren, A., *Histoire de la contraception*. Editions Noesi, Paris, 1996.
- Medvet, V.C., *The History of Clinical Endocrinology*. New York: The Parthenon publishing group, 1993.
- Rosel, W., *Dites d'orient et de contraception*. Editions Casternan, Paris, 1991.
- Reinhard, M., Armongaud, *História da população mundial*. Barcelona: Anst, 1961.
- Rozemberaum, H., *A contracepção*. Paris: Ed. Bordas, 1971.
- Wells, J.R., *Sociologia da reprodução*. Madri: Aliança Editorial, 1981.



Dora van der Hammen

Wandelaar in Antropologia, Universidade Estadual de Utrecht, Holanda
Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Utrecht, Holanda
Coordenadora do Programa de Profissionalização de Mestres Indígenas da zona Miri, Fundação Gairi, Consultoria,
Fundação Internacional de Desenvolvimento Agrário da Bolívia, Assessoria Científica, Departamento de Estudos do
Caribe e América Latina, Universidade Estadual de Utrecht, Assessoria da Fundação Natura e Repentón, Colômbia,
Participação em seminários, congressos e avaliação de projetos e programas internacionais para o desenvolvimento
da Amazônia.